



## Censo 2011 e evolução demográfica

João M. Videira Amaral

Em consonância com anterior escrito<sup>1</sup>, e a propósito da realização dos Censos 2011<sup>2,3</sup>, resolvemos consultar bibliografia colhendo alguns dados que considerámos expressivos sobre «demografia e saúde». Isto, no entendimento de que vivendo nós numa «aldeia global» de que a Europa faz parte, e na era da chamada Sociedade de Informação<sup>4</sup>, não nos devemos desligar do que se passa com os “nossos vizinhos”. Por outro lado, parece ser consensual que os números, embora monótonos, têm implicações óbvias e poderão ajudar a compreender melhor o panorama da saúde no nosso meio e em diversas latitudes, assim como as medidas tomadas ou a tomar pelos órgãos da tutela.

### 1. População

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2011 divulgados em Março de 2011, apurou-se uma população residente em Portugal de 10.555.853 indivíduos, superior em 1,9% à verificada dez anos antes (menos 199.700), o que traduz uma evolução global positiva, embora moderada.

As regiões em que se verificou crescimento da população residente foram o Algarve, Açores e Madeira e Lisboa. Nas províncias da Região Centro e do Alentejo houve perda da população residente, e, na Região Norte, certa estabilidade. Por outro lado, tornou-se mais evidente a tendência para a desertificação da metade interior do país<sup>5</sup>.

Quanto à Europa dos 27, entre 2008 e 2009 verificou-se crescimento populacional: respectivamente 499,7 milhões e 501,1 milhões de habitantes<sup>6</sup>.

### 2. Natalidade, Índice Sintético de Fecundidade (ISF) e Idade de Procriação

No ano de 2009 registou-se em Portugal a terceira menor taxa de natalidade dos 27 Estados da União Europeia (EU) com 9,4 nascimentos/1.000 habitantes, o que coincidiu com o número mais baixo de nascimentos desde que há registos nacionais: 99.491 o qual se poderá considerar histórico. Em 2010 registou-se uma subida para 102.492 nascimentos<sup>6,7</sup>.

No mesmo ano, no conjunto dos 27 Estados da EU nasceram 5,4 milhões de crianças traduzindo uma taxa de natalidade de

10,7 nascimentos por cada 1000 habitantes, ligeiramente inferior à registada em 2008 (10,9).

Sem contar com Portugal, as taxas de natalidade mais baixas da EU foram verificadas na Alemanha (7,9), na Áustria (9,1) e em Itália (9,5); e as mais elevadas, na Irlanda (16,8), no Reino Unido (12,8), e em França (12,7).

No que respeita ao ISF em Portugal, no último decénio (2001-2011) manteve-se o que se vinha verificando já desde 1982: a renovação de gerações deixou de estar garantida, pois para que cada mãe procrie uma futura mãe é necessário que as mulheres tenham em média 2,1 filhos; ora, e este valor na actualidade (2010) é inferior (~1,3) ao do ano 1971 (~2,9).

Estes achados acompanham-se de outra realidade – idade média aquando do nascimento do primeiro filho cada vez maior (23 anos em 1986 e 28,8 em 2010).

Relativamente ao ano de 2010, cabe salientar que o ISF apurado nalguns países como a Grécia e Itália foi semelhante ao de Portugal, enquanto noutros, na Europa e noutras latitudes, foi superior, com particular realce para os países emergentes; eis alguns exemplos: Espanha - 1,4; Luxemburgo e Noruega - 1,7; Reino Unido - 1,9; Noruega - 1,7; Brasil e Turquia—2,1; México - 2,2; Índia -2,6<sup>3,6-8</sup>.

### 3. Mortalidade e Longevidade

Portugal foi o país da União Europeia com maior redução da mortalidade infantil desde a década de 60. Para este êxito contribuiu um conjunto variado de factores, que não cabe especificar agora.

Actualmente, com taxas abaixo da média da União Europeia e muito próxima das melhores dos países do Norte da Europa e da Ásia (e desconhecendo-se ainda os dados de 2010 na data da elaboração deste escrito), foi atingido o valor mais baixo em 2008 (3,2/1000). Contudo, deverá especificar-se que houve uma evolução oscilante de dígitos decimais entre 2005 e 2009, respectivamente 3,5 → 3,3 → 3,4 → 3,2 → 3,6.

Também, no que concerne à taxa de mortalidade de menores de 5 anos (TMM5)(~4/1000 em 2010) a posição de Portugal se pode considerar confortável, a par doutros 16 países

#### Correspondência:

João Manuel Videira Amaral  
Director da Acta Pediátrica Portuguesa  
app@spp.pt  
jmvamaral@fcm.unl.pt

incluindo designadamente a Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Japão e Noruega. No mesmo ano, a taxa mais baixa (~3/1000) ocorreu na Suécia, Andorra, Singapura, Islândia, Liechtenstein e Luxemburgo.

A entrada no século XXI coincidiu com um ponto de viragem demográfica em Portugal. Com efeito, desde que há registos sobre população, e de acordo com dados de 2008, o número de pessoas com 65 anos ou mais (1,9 milhões), ultrapassou o daquelas com menos de 15 anos (1,6 milhões). Por outro lado, em 2007, pela primeira vez em 90 anos, o número de mortes registadas (103.512) foi superior ao dos nascimentos (102.492); de salientar que até então, só uma vez tal aconteceu (em 1918 aquando da gripe espanhola)<sup>2,3,9</sup>.

#### 4. Imigração

A imigração tem permitido o crescimento populacional na maioria dos 27 membros da EU, compensando até certo ponto a respectiva baixa natalidade. Efectivamente, entre 2004 e 2008 entraram anualmente na EU mais de 3 milhões de imigrantes. E em 2010 a população de estrangeiros, da ordem dos 32 milhões, correspondia a cerca de 7% da população global na EU, proveniente, na maioria, de países não pertencendo à EU. Considerando números absolutos, a Alemanha foi o país com maior número de cidadãos estrangeiros residentes (~ 7 milhões), seguindo-se a Espanha (~6 milhões) e Reino Unido (~4 milhões).

Em Portugal, entre 2001 e 2011, a evolução populacional positiva a que atrás nos referimos (199.700) verificou-se, de modo muito expressivo, à custa de imigrantes (182.100 ou 91%)<sup>2,3,6,7</sup>.

A frieza dos números que discriminámos parece espelhar um conjunto de questões interligadas merecendo reflexão. Destacamos, no que respeita ao nosso País:

- o abrandamento do crescimento populacional e a tendência de envelhecimento demográfico, acentuando-se o peso dos idosos;
- o perfil de população com mais idosos e menos jovens pressupondo maior diversificação e sobrecarga em cuidados de saúde;
- a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho com repercussões nos tempos dedicados à família e na idade de procriação;
- quanto aos incentivos à natalidade: têm sido efectivos?
- quanto às oscilações na mortalidade infantil entre 2005 e 2008: não merecerá este tópico uma análise rigorosa?
- quanto aos paradigmas assistenciais do Sistema Nacional de Saúde; estarão adaptados aos panorama actual tendo em conta as dualidades: idade pediátrica - idade geriátrica, e litoral - interior?

#### Referências

1. Videira-Amaral JM. Questões demográficas e exercício da Pediatria (Editorial). *Acta Pediatr Port* 2008; 34:LXVII-VII.
2. Censos 2011. Acessível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) [1 Junho 2011].
3. Censos 2011. Acessível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt) [1 Junho 2011].
4. Costa Pinto A (ed). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
5. Paulouro-Neves F. O palco de todos os contrastes-Censos 2011. *Jornal do Fundão* 2011; 66(3386): 20-1.
6. Vital Statistics. Acessível em [www.euro.who.int](http://www.euro.who.int) [1 Junho 2011].
7. Natalidade, ISF e idade de procriação. Acessível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) [1 Junho 2011].
8. Rosa MJV, Chitas P. *Portugal: os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos; 2010.
9. Alto Comissariado para a Saúde. *Evolução dos Indicadores do PNS 2004-2010*. Lisboa: Ministério da Saúde; 2010.